
COOPERAÇÃO, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

I. CONTEXTO, DESAFIOS & OPORTUNIDADES

1. Dados do Censo GIFE 2018 apontam que atores da gestão pública correspondem ao **segundo principal tipo de parceiro do ISP para implementação de projetos**, bem colado às OSCs (que aparece em primeiro lugar). Ao todo, 80% dos respondentes manifestaram ter alguma atuação associada às políticas públicas, principalmente por

meio das estratégias de reconhecimento de políticas setoriais para públicos/temas específicos e ações de formação/capacitação de gestores públicos (44%).

2. Tendo em vista o anseio do ISP em promover transformações de longo prazo nas realidades socioambientais, tem sido importante discutir a **capacidade e resiliência do setor em se manter sustentável no longo prazo, apostando em agendas estruturantes, articulando-se com as políticas públicas** -- e para isso, também sabendo manejar alianças características à realidade e particularidades da gestão pública.
3. Nessa perspectiva, alguns pontos merecem consideração. Por vezes ocorrem **situações de dependência da gestão pública em relação ao apoio do ISP** para manutenção das soluções desenvolvidas (especialmente em pequenos e médios municípios).
4. Há também **assimetria de informações, desconfianças de parte a parte e falta de transparência e clareza nas pactuações**. Ao mesmo tempo, há receios excessivos do ISP pelo risco de imagem relacionado à associação com o setor público (o que é acentuado diante de certas políticas de compliance no caso das fundações empresariais).
5. Há **tendências a uma visão maximalista do impacto esperado dos projetos do ISP junto ao setor público**, que muitas vezes não é alcançado e gera frustrações nos atores.

6. Embora em franco crescimento, os **formatos colaborativos são ainda pouco explorados e testados**, como as redes, alianças, coalizões, etc.
7. No trabalho do ISP com a Gestão Pública, é importante também não somente levar a interlocução com os gestores públicos propriamente, mas, onde for possível, **envolver a população** beneficiária daquelas ações, programas e serviços.
8. Isto também é um diagnóstico de que a participação cidadã é ainda muito incipiente na construção ou cocriação de soluções de interesse público e no controle social dos projetos e ações.
9. Outro desafio diz respeito a este não ser um tema finalístico, mas sim transversal, dentro da atuação de muitas organizações. E por não ser um tema nuclear de nenhuma organização, **há maior dificuldade no engajamento** quanto a outras organizações comprarem essa agenda como super relevante.

COOPERAÇÃO, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

II. PRIORIDADES DOS PRÓXIMOS ANOS PARA FORTALECIMENTO & DESENVOLVIMENTO

1. Identificação dos modos como os **atores do poder público percebem e reconhecem as possibilidades de cooperação com o ISP**, pois a partir da escuta deles pode ser identificadas novas sinergias possíveis, ainda ignoradas pelo setor.
2. Na medida que ainda é difícil alcançar consensos sobre a interface ISP & Gestão Pública, parece bem-vinda a **sistematização de experiências, práticas e modelos de parcerias** com vistas a produzir conhecimento, inclusive envolvendo a academia.
3. Formular novos vetores de indução de **modelos de financiamento de projetos**: ideia de fundos garantidores para potencializar as ações; fundos de desenvolvimento; etc.

COOPERAÇÃO, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

III. ORIENTADORES

1. Pensar e desenhar bem os critérios de modo a também **apoiar quem mais precisa**, desconcentrando recursos (geograficamente) e fortalecendo capacidades institucionais de gestões mais frágeis.
2. **É necessário estimular a conexão entre os atores, ampliando diálogo** com gestores públicos parceiros e organizações representativas da gestão pública (CONASEMS, CONGEMAS, UNDIME, CNM, etc.), bem como expandindo o leque de atores institucionais com quem o ISP pode se relacionar (ex: fórum de governadores da Amazônia, Consórcio Nordeste, etc.), o que implica novas concepções de governança a serem absorvidas e novos aprendizados.
3. Aprimorar os **modelos de governança intersetorial** e, com isso, também ampliar e fortalecer as capacidades institucionais no setor público. Aqui sublinha-se a necessidade de também haver sensibilização e coprodução das políticas envolvendo técnicos ao nível tático-operacional a fim de haver engajamento por toda a gestão.
4. Ampliar a capacidade da **Rede Temática de Gestão e Políticas Públicas** em converter parte destas análises e insumos em sensibilização dos atores do ISP e ações concretas.